



JAVIER CERCAS

O MONARCA
DAS SOMBRAS

ASSÍRIO & ALVIM

1.

Chamava-se Manuel Mena e morreu aos dezanove anos na batalha do Ebro. Foi a 21 de setembro de 1938, perto do fim da guerra civil, numa povoação catalã chamada Bot. Era um franquista entusiasta ou pelo menos um falangista entusiasta, pelo menos no início da guerra. Nessa época alistou-se na 3.^a Bandeira da Falange de Cáceres e no ano seguinte, obtido o grau de alferes provisório, destacaram-no para o Primeiro *Tabor* de Atiradores de Ifni, uma unidade de choque pertencente ao grupo de Regulares. Doze meses depois morria em combate e durante anos foi o herói oficial da minha família.

Era tio paterno da minha mãe que em criança me contou inúmeras vezes a sua história, ou melhor, a sua história e a sua lenda, de tal forma que antes de ser escritor já pensava que um dia teria de escrever um livro acerca dele. Pus essa ideia de parte justamente quando me tornei escritor. Fi-lo porque sentia que Manuel Mena era o resumo exato da herança mais vexatória da minha família e que contar a sua história equivalia não só a assumir a responsabilidade do seu passado político mas, também, do passado político de toda a minha família, que era o passado de que mais me envergonhava. Não queria assumir essa responsabilidade, não via qualquer necessidade de o fazer e muito menos de o ventilar num livro. Já me chegava ter de aprender a viver com isso. Além disso, nem saberia sequer como contar essa história: devia cingir-me à realidade estrita, à verdade dos factos, partindo do princípio de que semelhante coisa é possível e de que a passagem do tempo não criara vazios impossíveis de colmatar na história de Manuel Mena? Devia misturar

realidade e ficção, para preencher com esta os buracos deixados por aquela? Ou devia inventar uma ficção a partir da realidade, que toda a gente acreditasse ser verídica, ou para que toda a gente assim o julgasse? Não fazia ideia e esta ignorância de forma parecia-me ser a ratificação do meu essencial bom senso: não devia escrever a história de Manuel Mena.

Há uns anos, no entanto, essa rejeição inicial pareceu entrar em crise. Nessa altura casara-me e tinha um filho e há muito que deixara a juventude para trás. A minha família não passava por bons momentos. O meu pai morrera depois de uma doença prolongada e, a muito custo, a minha mãe ainda se defendia do transe ingrato da viuvez depois de cinco décadas de casamento. A morte do meu pai acentuara a sua propensão natural para um fatalismo melodramático, resignado e catastrofista («Meu filho — era uma das suas máximas mais recorrentes —, que Deus não nos dê todas as desgraças que somos capazes de suportar»). Um dia de manhã um carro atropelou-a enquanto ela atravessava a passadeira. O acidente não teve consequências de maior, mas a minha mãe apanhou um bom susto e foi obrigada a permanecer várias semanas sentada numa poltrona com o corpo tatuado de nódoas negras. Eu e a minha irmã encorajávamo-la a sair de casa, levávamo-la a almoçar, a passear ou à missa na igreja da sua paróquia. Não me esqueço da primeira vez que a acompanhei à igreja. Percorrêramos vagarosamente os cem metros que separam a casa dela da igreja paroquial de Sant Salvador e, quando nos preparávamos para atravessar a passadeira que dá diretamente para a entrada da igreja, ela apertou-me o braço.

— Meu filho — sussurrou-me —, bem-aventurados os que acreditam nas passadeiras para peões, porque eles verão Deus. Eu estive quase.

Durante a sua convalescença visitei-a com mais frequência do que era habitual e muitas vezes ficava mesmo a dormir em casa dela, com a minha mulher e o meu filho. Aparecíamos os três na tarde de sexta-feira ou no sábado de manhã e instalávamo-nos aí até ao nosso

regresso a Barcelona, no domingo à noite. Durante o dia conversávamos ou líamos e à noite víamos filmes e programas de televisão, sobretudo o *Big Brother*, um *reality show* que ambos adorávamos. Falávamos, evidentemente, de Ibahernando, a povoação extremenha de onde os meus pais emigraram para a Catalunha nos anos sessenta, como tantos outros extremelhos nessa época. Digo «evidentemente» e sei que devia explicar porquê. É fácil: na vida da minha mãe nenhum acontecimento foi tão determinante como a emigração. Digo que na vida da minha mãe nenhum acontecimento foi tão determinante como a emigração e sei que também devia explicar por que o digo. Mas isso já não é tão fácil. Há quase vinte anos tentei explicá-lo a um amigo, dizendo-lhe que a emigração significara que, de um dia para o outro, a minha mãe deixara de ser a filha privilegiada de uma família patrícia numa povoação extremenha, onde ela era tudo, para ser pouco mais do que uma proletária ou pouco menos do que uma pequena burguesa sobrecarregada de filhos numa cidade catalá, onde ela não era nada. Assim que o disse a resposta pareceu-me válida mas insuficiente, de modo que me pus a escrever um artigo intitulado «Os Inocentes» que, mesmo agora, continua a ser a melhor explicação que consigo dar sobre este assunto. Foi publicado a 28 de dezembro de 1999, dia dos santos inocentes e trigésimo terceiro aniversário da chegada da minha mãe a Girona. Diz assim: «A primeira vez que vi Girona foi num mapa. A minha mãe, nessa altura muito nova, apontou para um ponto remoto no papel e disse-me ser aí que estava o meu pai. Meses depois fizemos as malas. Foi uma viagem longuíssima que terminou numa estação leprosa e rústica, rodeada de prédios lastimáveis envoltos numa luz mortuária, maltratada pela chuva implacável de dezembro. Era a cidade mais triste do mundo. O meu pai, que nos esperava, levou-nos a tomar o pequeno-almoço, disse-nos que naquela cidade desgraçada se falava uma língua diferente da nossa e ensinou-me a primeira frase em catalão: *M'agrada molt anar al col.legi*. Depois enfiámo-nos conforme pudemos no Citroën 2 CV do meu pai e, enquanto nos dirigíamos para a nossa nova casa através

da desolação hostil daquela cidade alheia, tenho a certeza de que a minha mãe pensou e não disse uma frase que pensou e disse em cada aniversário do dia em que fizemos as malas: «Que grande inocência!». Estávamos no dia dos santos inocentes de há trinta e três anos.

O Deserto dos Tártaros é um romance extraordinário de Dino Buzzati. Trata-se de uma história um pouco kafkiana em que um jovem tenente chamado Giovanni Drogo é destinado a uma fortaleza longínqua, cercada pelo deserto e pelos tártaros que o habitam. Sedento de glória e de batalhas, Drogo espera em vão pela chegada dos tártaros e nessa espera esgota-se-lhe a vida. Muitas vezes pensei que essa história sem esperança é um símbolo do destino de muitos daqueles que fizeram as malas. Como muitos deles, a minha mãe passou a juventude à espera do regresso que estava sempre iminente. Assim decorreram trinta e três anos. Como para alguns daqueles que fizeram as malas, para ela não foram assim tão maus. No fim de contas, o meu pai tinha um salário e um emprego bastante seguro, bem mais do que outros. No entanto, e como muitos daqueles que fizeram as malas, acho que a minha mãe nunca aceitou a sua nova vida e, protegida pela sua ocupação excludente de dona de casa de uma família numerosa, viveu em Girona fazendo o possível por não se aperceber de que vivia em Girona mas no lugar onde fizera as malas. Essa ilusão impossível durou até há poucos anos. Entretanto as coisas tinham mudado muito. Girona era uma cidade alegre e próspera e a sua estação de comboios, um moderno edifício de paredes alvas e vidraças enormes; além disso, alguns dos netos da minha mãe quase não compreendiam a língua dela. Um dia, já sem nenhum dos filhos a viver com ela, impedida de se proteger da realidade atrás da sua ocupação excludente de dona de casa e de ignorar a evidência de, passados vinte e cinco anos, viver ainda numa cidade que não deixara de lhe ser alheia, diagnosticaram-lhe uma depressão e, durante dois anos, a única coisa que fez foi olhar para o vazio em silêncio, com os olhos secos. É possível que também pensasse. Que pensasse na sua juventude perdida e, como o tenente Drogo e muitos outros que fizeram as ma-

las, na sua vida consumida numa espera inútil e, também é possível, ela que nunca lera Kafka, no mal-entendido que era tudo isso, um mal-entendido que a mataria. Mas não a matou e um dia em que já começava a sair do poço de anos de depressão e o marido a acompanhava ao médico, um cavalheiro abriu-lhe uma porta e deixando-a passar disse: *Endavant*. A minha mãe respondeu: «Ao médico». Porque o que a minha mãe percebeu foi *Adónde van?* ou talvez *Ande van?* Disse o meu pai que, nesse momento, se lembrou da primeira frase em catalão que me ensinara a dizer há mais de vinte e cinco anos e, também, que compreendeu de chofre a minha mãe, por ter finalmente compreendido que ela vivia há mais de vinte e cinco anos em Girona como se nunca tivesse saído do lugar onde fizera as malas.

No fim de *O Deserto dos Tártaros* os tártaros chegam, mas a doença e a velhice impedem Drogo de cumprir o seu sonho adiado de os enfrentar; longe do combate e da glória, só e anónimo na penumbra do quarto de uma estalagem, Drogo sente que o fim se aproxima e compreende que essa é a verdadeira batalha, aquela que sempre esperara sem o saber; então endireita-se um pouco e compõe o dólman, para receber a morte como um homem valente. Eu não sei se aqueles que fizeram as malas algum dia voltarão; receio que não, entre outras coisas porque já terão compreendido que o regresso é impossível. Também não sei se alguma vez pensarão na vida que se lhes esgotou na espera, no terrível mal-entendido de tudo isso, na possibilidade de se terem enganado ou, pior ainda, de alguém os ter enganado. Não sei. Mas sei que dentro de algumas horas, assim que se levantar, a minha mãe recordará, e talvez diga, a mesma frase que vem repetindo há trinta e três anos neste mesmo dia: “Que grande inocência!”».

Assim terminava o meu artigo. Mais de uma década depois de ser publicado a minha mãe continuava sem sair de Ibahernando, embora continuasse a viver em Girona, de modo que é lógico que o nosso principal passatempo, durante as visitas que lhe fazíamos para suavizar a sua convalescença, fosse falar de Ibahernando; o

mais inesperado foi um dia os nossos três passatempos principais parecerem convergir num só. Aconteceu numa noite em que vimos juntos *A Aventura*, de Michelangelo Antonioni. O filme conta como, durante uma excursão de um grupo de amigos, um deles se perde; inicialmente todos procuram por ele, mas depois esquecem-no e a excursão prossegue como se nada tivesse acontecido. A densidade estática do filme depressa derrotou o meu filho, que foi para a cama, e a minha mulher, que adormeceu na poltrona diante da televisão; a minha mãe, no entanto, sobreviveu intacta às quase duas horas e meia de imagens a preto e branco e diálogos em italiano, legendados em espanhol. Admirado com a sua resistência, no fim da projeção perguntei-lhe o que achara.

— Foi o filme de que mais gostei em toda a minha vida — respondeu.

Caso se tratasse de outra pessoa, julgaria que a frase era um sarcasmo; mas a minha mãe desconhece o sarcasmo, de modo que pensei que a orfandade de peripécias e os silêncios intermináveis do *Big Brother* a prepararam na perfeição para apreciar os silêncios intermináveis e a orfandade de peripécias do filme de Antonioni. Minto. O que pensei foi que, habituada à lentidão do *Big Brother*, achara *A Aventura* tão trepidante como um filme de ação. A minha mãe deve ter reparado no meu espanto, porque se apressou a dissipá-lo; a sua explicação não desmentiu totalmente o meu raciocínio.

— Claro, Javi — explicou, apontando para a televisão —. O que acontece neste filme é o mesmo do costume: uma pessoa morre e no dia seguinte já ninguém se lembra dela. Foi o que aconteceu com o meu tio Manolo.

O seu tio Manolo era Manuel Mena. Nessa noite voltámos a falar dele e nos fins de semana seguintes quase não mudámos de assunto. Ouço a minha mãe falar de Manuel Mena desde que me lembro, mas só naqueles dias percebi duas coisas. A primeira, que para ela Manuel Mena fora muito mais do que um tio paterno. Conforme me contou nessa altura, durante a infância a minha mãe

convivera com ele em casa da sua avó, a pouca distância da casa dos pais, que a mandaram para lá porque as suas duas primeiras filhas morreram de meningite e tinham um receio fundamentado de que a terceira contraísse também a mesma doença. Ao que parece, a minha mãe fora muito feliz naquele casarão abarrotado de viúva da sua avó Carolina, acompanhada pelo seu primo Alejandro e mimada por um exército buliçoso de tios solteiros. Nenhum deles a mimava tanto como Manuel Mena; para a minha mãe, nenhum dos outros se lhe comparava. Era o benjamim, o mais alegre, o mais vivo, quem sempre lhe trazia presentes, quem mais a fazia rir e quem mais brincava com ela. Ela chamava-lhe tio Manolo; ele chamava-lhe Blanquita. A minha mãe adorava-o, de modo que a morte dele foi um golpe demolidor para ela. Nunca vi a minha mãe chorar, nunca, nem sequer durante os seus anos de depressão, nem sequer quando o meu pai morreu. A minha mãe, simplesmente, não chora. Eu e as minhas irmãs especulámos muito sobre as razões desta anomalia até que, numa daquelas noites posteriores ao seu acidente, enquanto ela me contava pela enésima vez a chegada à vila do cadáver de Manuel Mena e recordava ter passado horas e horas a chorar, julguei descobrir a explicação: pensei que todos temos uma reserva de lágrimas e que naquele dia a dela se esgotara, deixando de ter desde essa altura lágrimas para verter. Manuel Mena, em resumo, não era só o tio paterno da minha mãe. Era o seu irmão mais velho e era também o seu primeiro morto.

A segunda coisa que compreendi naqueles dias era ainda mais importante do que a primeira. Em criança não percebia por que motivo a minha mãe me falava tanto de Manuel Mena; quando jovem pensava, secretamente envergonhado e horrorizado, que o fazia por Manuel Mena ter sido franquista ou pelo menos falangista e porque, durante o franquismo, a minha família fora franquista ou pelo menos aceitara o franquismo com a mesma mansidão acrítica da maior parte do país; já adulto percebi que essa explicação é trivial, mas só durante aquelas conversas noturnas com a minha mãe

convalescente consegui decifrar a natureza exata da sua trivialidade. O que compreendi então foi que a morte de Manuel Mena ficara gravada a fogo na imaginação infantil da minha mãe como aquilo a que os antigos gregos chamavam *kalos thanatos*: uma bela morte. Para os antigos gregos era a morte perfeita, a morte de um jovem nobre e puro que, como Aquiles na *Iliada*, demonstra a sua nobreza e a sua pureza arriscando a vida num tudo ou nada, lutando na primeira linha por valores que o superaram ou que acredita superarem-no e que cai em combate e abandona o mundo dos vivos na plenitude da sua beleza e do seu vigor e escapa ao desgaste do tempo e não conhece a decrepitude que malogra os homens; este jovem excelso, que renuncia aos valores mundanos e à própria vida por um ideal, constitui o modelo heroico dos gregos e atinge o apogeu da sua ética, e a única forma possível de imortalidade naquele mundo sem Deus, ao viver para sempre na memória precária e volátil dos homens, como acontece com Aquiles. Para os antigos gregos, *kalos thanatos* era a morte perfeita que culmina uma vida perfeita; para a minha mãe, Manuel Mena era Aquiles.

Aquela dupla descoberta foi uma revelação e durante algumas semanas uma dúvida inquietou-me. Talvez me tivesse enganado recusando-me a escrever sobre Manuel Mena. Evidentemente, continuava a pensar mais ou menos o que sempre pensara sobre a sua história, mas interroguei-me se a circunstância de ela ser para mim uma história vergonhosa seria motivo suficiente para não a contar e continuar a mantê-la escondida; disse também para comigo que ainda estava a tempo de a contar mas que, se realmente queria fazê-lo, tinha de pôr mãos à obra imediatamente, porque tinha a certeza de que quase não haveria vestígios documentais de Manuel Mena em arquivos e bibliotecas e de que setenta e muitos anos depois da sua morte ele seria pouco mais do que uma lenda esfarrapada na memória gasta de um punhado minguante de velhotes. Além do mais, também percebi que se a minha mãe compreendera Antonioni ou o filme de Antonioni tão bem, não se devia só a que

a lentidão afásica do *Big Brother* a preparara para isso mas — embora ela ainda habitasse um mundo com Deus (um mundo que já se extinguiu e que Manuel Mena pensou defender) — se devia também ao facto de ter comprovado em criança, perplexa e sentindo-o como um ultraje, que a memória dos homens desprezava o seu tio, ao contrário do que fizera com Aquiles. Porque na verdade o esquecimento começara o seu trabalho de demolição logo a seguir à morte de Manuel Mena. Na sua própria casa um silêncio espesso e incompreensível, ou que a minha mãe em criança achava incompreensível, abateu-se sobre ele. Ninguém averiguou as circunstâncias ou as causas precisas da sua morte e todos se conformaram com a brumosa versão que dela lhes deu o seu ordenança (um homem que acompanhou o seu cadáver até à vila e que permaneceu aí alguns dias, hospedado em casa da mãe de Manuel Mena), ninguém se interessou em falar com os camaradas e com os superiores que combateram ao seu lado, ninguém quis fazer averiguações sobre este episódio de guerra, sobre as frentes onde combateu ou sobre a unidade a que pertencia, ninguém se deu ao trabalho de visitar Bot, aquela longínqua povoação catalã onde morrera e que eu sempre julguei chamar-se Bos ou Boj ou Boh porque, como o castelhano desconhece o «t» final, era assim que a minha mãe pronunciava sempre. Concluindo, poucos meses depois da morte de Manuel Mena a família já quase não mencionava o seu nome ou só o mencionava quando não havia outro remédio senão mencioná-lo e, poucos anos depois da sua morte, a mãe e as irmãs destruíram todos os seus papéis, lembranças e pertences.

Todos exceto uma fotografia (ou pelo menos foi o que sempre pensei), um retrato de guerra de Manuel Mena. Depois do seu funeral, a família fez sete cópias ampliadas dessa fotografia e uma delas ficou pendurada na sala de jantar da mãe, até à sua morte; as outras seis foram repartidas entre os seis irmãos. Essa relíquia inquietou vagamente os verões da minha infância enregelada de emigrante, quando regressava nas férias ao calor da vila, feliz por abandonar du-

rante alguns meses a intempérie e a confusão do desterro e recuperar o meu estatuto acolhedor de rebento de uma família importante de Ibahernando, me instalava em casa dos meus avós maternos e via o retrato do morto a pender da parede sem privilégios de um quarto de vestir, onde se acumulavam baús cheios de roupa e estantes cheias de livros; inquietou ainda mais a minha adolescência e juventude depois de os meus avós morrerem e de a casa se fechar todo o ano, abrindo-se só quando os meus pais e as minhas irmãs iam para lá no verão, enquanto eu tentava habituar-me ao frio da intempérie e à perplexidade do desenraizamento e tentava emancipar-me do falso calor da vila, visitando-a o menos possível, mantendo-me o mais afastado possível daquela casa, daquela família e daquele retrato desprezível que no inverno permanecia sozinho de vigia no quarto dos baús, afligido por uma vergonha ou por uma culpa indefinida cujas raízes preferia não indagar, a vergonha da minha teórica condição hereditária de patrício da povoação, a vergonha das origens políticas da minha família e da sua atuação durante a guerra e o franquismo (para mim, no entanto, desconhecida ou quase desconhecida), a vergonha difusa, paralela e complementar de estar ligado por um vínculo de aço àquele vilarejo pobre e perdido que nunca mais desaparecia. Mas o retrato de Manuel Mena inquietou-me sobretudo na minha maturidade, quando continuava a sentir vergonha das minhas origens e da minha herança mas já me resignara parcialmente a elas, conformando-me um pouco com ser quem sou, com provir de onde proveinho e com ter os vínculos que tenho; melhor ou pior habituei-me ao desenraizamento, à intempérie e à estranheza, compreendi que a minha condição de patrício era ilusória, voltei frequentemente à vila com a minha mulher, o meu filho e os meus pais (nunca ou quase nunca com amigos; nunca ou quase nunca com gente alheia à família) e voltei a ficar naquela casa que está a cair aos pedaços, onde o retrato de Manuel Mena acumula pó em silêncio há mais de setenta anos, transformado no símbolo perfeito, fúnebre e violento de todos os erros e responsabilidades e culpa e vergonha e miséria e morte e

derrotas e pavor e sujidade e lágrimas e sacrifício e paixão e desonra dos meus antepassados.

Tenho-o agora à frente, no meu escritório de Barcelona. Não me lembro quando o trouxe de Ibahernando; de qualquer modo, foi anos depois de a minha mãe recuperar do acidente e da minha resolução sobre a história de Manuel Mena. A resolução foi que não a escreveria. A resolução foi que escreveria outras histórias mas que, à medida que as escrevesse, iria recolhendo informações sobre Manuel Mena, nem que fosse entre a escrita de dois livros ou nos momentos livres, antes que se esfumasse completamente o rasto da sua curtíssima vida e ele desaparecesse da memória precária e gasta daqueles que o conheceram ou da ordem volátil dos arquivos e das bibliotecas. Deste modo a história de Manuel Mena, ou o que restava da história de Manuel Mena, não se perderia, e eu poderia contá-la se alguma vez me decidisse a contá-la ou fosse capaz de contá-la, ou poderia dá-la a outro escritor para que a contasse supondo que algum outro escritor a quisesse contar, ou poderia simplesmente não a contar transformando-a para sempre num vazio, num buraco, num dos milhões e milhões de histórias que nunca se contarão, quem sabe se num desses projetos que alguns escritores estão sempre à espera de escrever e nunca escrevem porque não querem assumir essa responsabilidade, ou porque receiam não estar à altura e preferem deixá-lo como mera possibilidade, transformado na sua brilhante obra-prima nunca escrita, prima e brilhante justamente porque nunca se escreverá.

Foi essa a decisão que tomei: não escrever a história de Manuel Mena, continuar sem escrever a história de Manuel Mena. Quanto ao seu retrato, desde que o trouxe para o meu escritório não deixo de o observar. É um retrato de estúdio, tirado em Saragoça. O nome da cidade figura no canto inferior direito em letras brancas, quase ilegíveis. O tempo pôs manchas de sujidade e raspadelas no papel e fendeu-o nos rebordos. Desconheço a data exata em que foi tirado, mas há uma pista no uniforme de Manuel Mena que permite fixar uma



data aproximada. No lado esquerdo do seu dólman o nosso homem exhibe, com efeito, a Medalha de Sofrimentos pela Pátria — equivalente ao Coração Púrpura norte-americano — e por cima uma fita com duas barras; ambas as condecorações significam que, quando tiraram a fotografia, Manuel Mena fora ferido duas vezes em combate por fogo inimigo, coisa que não pode ter acontecido antes da primavera de 1938, por só ter participado uma vez em combate com o Primeiro *Tabor* de Atiradores de Ifni, mas que também não aconteceu

depois de meados do verão, quando se desencadeou a batalha do Ebro e ele se limitou a voltar para a retaguarda. O retrato foi tirado, por isso, entre a primavera e o início do verão de 1938, durante a segunda ou terceira estada de Manuel Mena em Saragoça, ou nas imediações de Saragoça. Nessa altura ia fazer dezanove anos, ou já os fizera, e faltavam-lhe poucos meses para morrer. Na fotografia, Manuel Mena veste o uniforme de gala dos Atiradores de Ifni, com o seu barrete de pala preto e branco inclinado e o seu imaculado dólman branco com botões dourados e galões pretos, em cada um dos quais ostenta uma estrela de alferes. A terceira ostenta-a no barrete; mesmo em cima, sobre fundo branco, vê-se a insígnia da infantaria: uma espada e um arcabuz cruzados sobre uma corneta. A insígnia repete-se nas lapelas do dólman. Sob a lapela direita pode ver-se, mais esfumada e parcialmente invisível, a insígnia dos Atiradores de Ifni, um crescente árabe onde se lê ou se intui, em maiúsculas, a palavra «Ifni» e em cujo semicírculo cabe uma estrela de cinco pontas com duas espingardas cruzadas. Sob a lapela esquerda sobressaem, contra o tecido branco do dólman, a Medalha de Sofrimentos pela Pátria e a faixa com duas listas. Os dois últimos botões do dólman permanecem por abotoar como o botão do bolso direito; essa deliberada negligência permite uma visão mais ampla da camisa branca e da gravata preta, ambas igualmente imaculadas. A sua magreza chama a atenção; de facto, o corpo dele parece ser incapaz de encher o uniforme, é um corpo de criança num fato de adulto. Chama também a atenção a postura do braço direito, com o antebraço sobre o ventre e a mão pousada na face interior do cotovelo esquerdo, num gesto que não parece natural mas ditado pelo fotógrafo (dir-se-ia também ditada pelo fotógrafo a inclinação afetada do barrete de pala, que sombreia a sobrançelha direita de Manuel Mena). Mas o que nos chama a atenção é, sobretudo, a cara. Uma cara inconfundivelmente infantil ou no mínimo adolescente, com aquela pele de recém-nascido sem uma única ruga, sem sombra de barba, com sobrançelhas finas e uns lábios virgens e entreabertos por onde espreitam uns dentes tão brancos

como o dólman. Tem o nariz reto e fino, o pescoço também fino e as orelhas bem separadas do crânio. No que respeita aos olhos, o preto e branco da fotografia roubou-lhes a cor; a minha mãe recorda-os verdes e de facto parecem ser claros. De qualquer modo não olham para a câmara, mas para a sua direita, e não parecem fixar nada em concreto. Observo-os há muito tempo, mas nunca vi neles orgulho nem vaidade nem inconsciência nem receio nem alegria nem ambição nem esperança nem desalento nem horror nem crueldade nem compaixão nem júbilo nem tristeza nem sequer a iminência escondida da morte. Observo-os há muito tempo e não consigo ver nada neles. Às vezes penso que aqueles olhos são um espelho e que o nada que neles vejo sou eu. Às vezes penso que esse nada é a guerra.